



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

**Secularismo Estratégico e a Construção do
Feminismo como Inimigo: análise de estratégias
discursivas do ativismo neoconservador latino-
americano**

João Victor Gonzalez Cordeiro

Brasília

2021



Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

**Secularismo Estratégico e a Construção do
Feminismo como Inimigo: análise de
estratégias discursivas do ativismo
neoconservador latino-americano**

João Victor Gonzalez Cordeiro

Monografia apresentada ao Curso de Ciência Política,
do Instituto de Ciência Política, Universidade de
Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharel em Ciência Política sob a orientação da
professora Dra. Flávia Biroli.

Brasília - DF

Resumo

O presente artigo tem o objetivo de analisar a constituição argumentativa do discurso neoconservador latino-americano. Para tanto, analisamos as abordagens do gênero e os sentidos atribuídos ao feminismo presentes nos livros de Jorge Scala (2011) e Agustín Laje (2016), destacados na produção intelectual neoconservadora na região. Mobilizo a noção de “secularismo estratégico” (Vaggione, 2005) para evidenciar os deslocamentos do discurso neoconservador em sua pretensão científica. Mobilizo, ainda, a noção de “construção do feminismo como inimigo” (Biroli, 2020) para caracterizar uma das estratégias adotadas pelo neoconservadorismo na cruzada antigênero.

Palavras-chave: Ideologia de Gênero; Neoconservadorismo; Feminismo; LGBTQIA+; América Latina.

Introdução

As últimas duas décadas foram marcadas pelo acirramento das disputas em torno das pautas dos direitos sexuais e reprodutivos. Avanços na política de promoção da igualdade de gênero, assim como da conquista de garantias legais à autonomia sexual e reprodutiva em diversas democracias contemporâneas – europeias, norte-americanas e latino-americanas – resultaram na politização reativa do gênero e da sexualidade (Vaggione, 2005). Nesse contexto reacionário, configuram-se cenários políticos marcados pelo autoritarismo e por tendências iliberais e antipluralistas (Biroli, Vaggione e Machado, 2020).

A literatura que discute direitos sexuais e reprodutivos, bem como a que discute ativismo conservador religioso, rastreia uma nova configuração de ativismos que surge como reação aos avanços da agenda de gênero e da diversidade sexual no campo internacional dos direitos humanos, sobretudo nas Conferência sobre População e Desenvolvimento no Cairo (1994) e na Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres, em Pequim (1995). Nesse contexto, surge a inovação estratégica do discurso da chamada “ideologia de gênero”, que possibilitou o alinhamento, mesmo que em espaços diversos, de atores conservadores de distintos segmentos religiosos e atores não confessionais que se opõem a uma ampla gama de epistemologias, teorias, estudos e políticas de gênero por meio da cruzada contra o que chamam de “ideologia de gênero” (Biroli, Vaggione e Machado, 2020; Moran Faúndes, 2019).

A desqualificação do gênero enquanto categoria legítima de análise do social marcaria a transição do discurso conservador de um campo dogmático/religioso para o campo científico. São argumentos inscritos sobretudo nos campos da biologia, da psiquiatria e do direito que os atores neoconservadores, inclusive aqueles inseridos na hierarquia católica, mobilizam para caracterizar o gênero como ideologia e invalidar as lutas e demandas por liberdade e igualdade dos movimentos feministas e LGBTQIA+ (Moran Faúndes e Vaggione, 2012).

Diferentemente de outros conceitos e estratégias discursivas, a “ideologia de gênero” é resultado de um processo intelectual amplo que inclui, além da participação do Vaticano, a produção de intelectuais neoconservadoras, como Christina Hoff Summers (1994) e Dale O’Leary (1997). É importante lembrar que o pensamento de O’Leary, referenciada tanto nas encíclicas papais das décadas de 1990 e 2000 quanto nas obras que serão analisadas nesse trabalho, fora influenciado pela ativista católica argentina Cristina González de Delgado. Portanto, a construção das bases epistemológicas da noção de “ideologia de gênero” contou com a influência do ativismo neoconservador latino-americano. (Moran Faúndes, 2019)

A partir da constatação descrita acima, nesse trabalho tornamos nossa atenção a dois livros publicados por intelectuais neoconservadores argentinos a partir da primeira década do século XXI, o livro “A ideologia de gênero: o neototalitarismo e a morte da família” do advogado argentino Jorge Scala^a e o “Livro Negro da Nova Esquerda” (2016), do cientista político Agustín Laje^b em coautoria com o advogado Nicolás Marques. O objetivo deste trabalho é analisar a constituição argumentativa do discurso neoconservador produzido na América Latina.

Essa tarefa se justifica pela evidente relação entre a ascensão de discursos neoconservadores, o potencial regressivo para as agendas de direitos humanos (especificamente as da igualdade de gênero e diversidade sexual) e a emergência de forças autoritárias na América Latina. É importante, assim, pelo potencial regressivo em relação a direitos conquistados no campo dos direitos humanos internacional, nacional e local, em termos de gênero e sexualidade, mas também por ser parte dos processos atuais de crise das democracias e avanço de forças autoritárias (Biroli, Vaggione e Machado, 2020).

A partir da leitura atenciosa desses livros, rastreamos as bases epistemológicas dos argumentos mobilizados pelo discurso neoconservador e prosseguiremos à testagem de duas hipóteses relacionadas às abordagens contidas na literatura referenciada nesse trabalho. A primeira é a hipótese de que (1) o referencial teórico dos argumentos mobilizados não é religioso, mas científico. A segunda é que (2) a justificativa religiosa foi substituída pela construção do feminismo como inimigo enquanto estratégia de legitimação e naturalização das desigualdades de gênero.

Este artigo está dividido em três seções além desta introdução e da conclusão. Na primeira seção, apresentaremos o contexto de surgimento do ativismo neoconservador e exploraremos as origens do conceito da “ideologia de gênero”. Na segunda seção discutimos o conceito de secularismo estratégico e apresentamos uma análise do livro de Jorge Scala, com atenção especial para o quarto capítulo que o autor reserva para refutar o gênero. A partir dessa análise seguimos à testagem das duas hipóteses desse trabalho. Em seguida, na terceira seção, apresentamos uma breve análise do livro de Agustín Laje, com especial atenção ao segundo capítulo, que o autor reserva para a história do feminismo. A partir dessa análise apresentamos

^a O livro foi publicado originalmente em espanhol, em 2003, com o título “*La Ideología de género o el género como herramienta de poder*”, pela editora argentina Sekotia.

^b O livro foi publicado originalmente em espanhol, em 2016, com o título “*El libro negro de la nueva izquierda: ideología de género o subversión cultural*”, pela editora espanhola Grupo Unión.

os sentidos e o enquadramento dado ao “feminismo radical” tanto em Scala como em Laje para testar as hipóteses acerca do deslocamento do discurso neoconservador e da estratégia de construção do feminismo como inimigo. Por fim, na conclusão, retomo os resultados obtidos nos dois capítulos anteriores e faço algumas observações finais.

Seção 1 – Ideologia de Gênero e o Ativismo Neoconservador

As disputas em torno dos temas de gênero e diversidade sexual ganham cada vez mais importância em diversos países. Ao longo das últimas décadas do século XX, avanços das agendas feministas e LGBTQIA+ como o acesso a direitos reprodutivos e sexuais, bem como a direitos ligados a orientação sexual e identidade de gênero foram conquistados. A aquisição desses direitos, no entanto, contou com a reação, em um primeiro momento, de lideranças da hierarquia católica, bem como de membros da sociedade civil com algum vínculo religioso. O discurso construído nesse contexto de reação ao gênero se desenvolveu de tal maneira que possibilitou a articulação de setores religiosos antagonicamente constituídos, católicos e evangélicos, em conjunto com organizações não confessionais de diferentes setores da sociedade. A emergência desse fenômeno se deve a diversos fatores, dentre eles destacamos a inovação estratégica do discurso antigênero, representada pela noção de “ideologia de gênero”.

A estratégia discursiva da “ideologia de gênero” serviu à sintonização da atuação política de atores conservadores de diferentes setores da sociedade e esse fenômeno ocorre em escala global (Bioli, Vaggione e Machado, 2020, p. 3449). Esses atores mobilizam a ideia de que as perspectivas e teorias de gênero defendidas pelos movimentos feministas e LGBTQIA+ não passam de ideologias, de ideias falsas que não condizem com a realidade objetiva da natureza (Junqueira, 2018). São exemplos dos efeitos do discurso da “ideologia de gênero” a rejeição por 50.2% no referendun sobre o acordo de paz entre o governo da Colômbia e as FARC, a resolução N° 29.664/2017 do Paraguai, que proíbe a distribuição e uso de materiais que contenham “ideologia de gênero” nas escolas, após repressão parlamentar ao Ministro da Educação durante audiência pública. No Brasil, essa estratégia serviu à supressão das menções à igualdade racial e de gênero no Plano Nacional de Educação em 2014. Serviu também à destituição da presidente Dilma Roussef em 2016. O combate à “ideologia de gênero” em conjunto com o combate à corrupção foram centrais na campanha presidencial bolsonarista que resultaram a eleição de Bolsonaro em 2018 (Morán Faúndes, 2019, p.2; Bioli e Caminotti, 2020)

As reconstruções genealógicas da “ideologia de gênero” apresentadas pela literatura recente rastreiam a origem desse discurso na produção de intelectuais conservadores norte-americanos nos anos 1990, cujos discursos serviram de base epistemológica para a criação dessa estratégia discursiva pela hierarquia católica. Surge como reação às agendas feminista e LGBTQIA+ no campo internacional dos direitos humanos, sobretudo com a adoção do gênero como categoria analítica que permitia uma abordagem crítica às desigualdades entre homens e mulheres (Morán Faúndes, 2019, p.4). A noção de gênero mobilizada por feministas desde a década de 1970, apesar de gerar debates internos ao movimento feminista, algumas vezes com posições antagônicas, foi importante para a inserção do tema das desigualdades de gênero na agenda de direitos humanos e da ressignificação da própria noção de cidadania, durante a década de 1990 (Biroli, Vaggione e Machado, 2020, p.230-236).

Essa abordagem do gênero permitia a compreensão de que as diferenças que definiriam o masculino e o feminino corresponderiam a questões fundamentalmente sociais. O debate proposto por Judith Butler em *Gender Trouble* (1990) teve impacto considerável sobre a perspectiva conservadora que já se opunha ao gênero. A contestação do sistema binário sexo/gênero e de que haveria uma natureza própria dos sexos, propostas por Butler, no entanto, despertou debates inflamados e encontrou oposição inclusive interna ao feminismo. Apesar da polêmica em torno dessa abordagem, a contestação da naturalidade do sexo binário foi muito importante para a inserção da sexualidade enquanto categoria política em disputa (Biroli, Vaggione e Machado, 2020, p. 242-249).

A atuação de feministas em conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) nos anos 1990, bem como a mobilização da noção de gênero nesses debates, marca o deslocamento da temporalidade em que se situa o ataque ao gênero. Com o controle populacional e o controle da sexualidade no centro dos debates dessas conferências as concepções morais naturalistas do sexo, que situam a natureza como determinante das aptidões e dos papéis desenvolvidos por homens e mulheres na sociedade, foram colocadas em xeque. Contestava-se a ordem sexual patriarcal, a santificação da maternidade e a definição da reprodução como único fim da conjugalidade entre homens e mulheres (Biroli, Vaggione e Machado, 2020, p.308).

A politização da reprodução e da sexualidade se deu em meio a conflitos e resistências. Os ataques à agenda de gênero se materializaram nas tentativas de obstrução dos avanços na reorganização das relações sociais viabilizados pelo acesso a recursos anticonceptivos e de impedir a emergência de garantias legais às identidades sexuais e de gênero, possibilitadas pelo

reconhecimento de feministas lésbicas e movimentos LGBTQIA+ como atores políticos nos espaços institucionais (Biroli, Vaggione e Machado, 2020, p.302-308).

É sobretudo a partir da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento no Cairo, em 1994 e da Conferência de Pequim, em 1995 que os discursos antigênero tomam forma e que se criam as bases epistemológicas para o desenvolvimento da atual estratégia discursiva da “ideologia de gênero” (Biroli, Vaggione e Machado, 2020, p. 3587; Morán Faúndes, 2019, p.5).

As múltiplas estratégias discursivas adotadas pelo ativismo neoconservador têm, em sua maioria, origem na hierarquia católica. A criação de sintagmas^c, pensados a partir da perspectiva patriarcal e heteronormativa constitui uma das estratégias narrativas cara à igreja Católica e ao neoconservadorismo como um todo. Dentre os sintagmas encabeçados pela hierarquia católica destacam-se a “ecologia humana”, cuja função é proteger seres humanos da ameaça de extinção representada pelos direitos sexuais e reprodutivos, sintagma esse expresso pelo papa João Paulo II em 1991, na encíclica *Centesimus Annus*. Outro exemplo é a “cultura da vida”, sintagma presente na encíclica *Evangelium Vitae* (1995) defendido em oposição à “cultura da morte” que o neoconservadorismo religioso associa à “mentalidade contraceptiva” contida nas agendas feminista e LGBTQIA+. É essa produção discursiva que se expandiu globalmente e que caracteriza o Vaticano, ou a hierarquia Católica como máquina de propaganda das narrativas neoconservadoras (Morán Faúndes, 2019, p. 5).

É nesse contexto de politização do gênero e da sexualidade que o ativismo neoconservador consolida seus discursos reacionários. É em oposição à luta feminista por autonomia sexual e reprodutiva somadas a luta por reconhecimento de identidades sexuais e de gênero dos movimentos LGBTQIA+ que as estratégias discursivas encabeçadas pela hierarquia Católica, como as ideias de cultura da morte, mentalidade contraceptiva, entre outros sintagmas ganham centralidade no discurso conservador e precedem a estratégia discursiva da “ideologia de gênero”, central para a articulação política neoconservadora (Morán Faúndes, 2019, p.5-6; Junqueira, 2018, p.471).

Apesar de não ser livre de problemas, o uso do termo neoconservador se apoia na necessidade de compreender novas composições e novas estratégias de ação política que

^c De acordo com o dicionário Michaelis, é a: “Unidade sintática da estrutura linguística, formada por uma ou várias palavras, em que existe um elemento determinado e outro determinante, subordinados entre si, que, de acordo com seu núcleo, desempenha uma função diferente na frase”.

constituem o ativismo contrário ao gênero. O termo surge também como tentativa de unificar os dispersos conceitos e noções apontadas pela literatura para tratar de fenômenos que tem em comum a defesa de uma ordem sexual e familiar baseada na moral cristã. (Biroli, Vaggione e Machado, 2020, p. 377-384)

Utilizado inicialmente para descrever as reações conservadoras aos movimentos de contracultura dos Estados Unidos dos anos 1970, o termo neoconservador vai além da descrição das ideologias conservadoras estadunidenses e permite a apreensão de novos tipos de coalizões políticas que se estabeleceram entre atores de diferentes setores do conservadorismo. Além disso, possibilita localizá-las na temporalidade específica de avanços das agendas feministas e de movimentos LGBTQIA+ (Biroli, Vaggione e Machado, 2020, p. 398).

A classificação desse ativismo como neoconservador diz respeito à atualização da agenda conservadora. O aspecto inovador desse ativismo é caracterizado pelo modo como diferentes setores do conservadorismo se uniram em mobilização contrária aos avanços das pautas feministas e LGBTQIA+, e por isso o uso do prefixo “neo”. Mas há também o aspecto de continuidade contido nesse conceito, que diz respeito aos atores e processos tradicionalmente conservadores ainda presentes nas disputas políticas em torno da sexualidade (Morán Faúndes, 2019, p. 3).

A partir da leitura de Vaggione (2005), Morán Faúndes explica que a interação entre sexualidade e religião, a partir do momento em que a sexualidade torna-se uma questão disputada politicamente, afetou as religiões de variadas maneiras. Cita a emergência de múltiplas teologias feministas e queer, de igrejas progressistas e organizações religiosas feministas e LGBTQIA+. O autor argumenta que a pluralização do sistema e dos atores religiosos significavam uma ameaça, ou pelo menos um desafio à ideia de que a moral religiosa é necessariamente conservadora. Apesar dessa pluralização de setores religiosos, a politização da sexualidade resultou na politização reativa de religiosos contra o feminismo e os movimentos LGBTQIA+. (Vaggione, 2005, Apud Morán Faúndes, 2019). Como efeito das mobilizações em torno do gênero e da sexualidade promovidas pelo feminismo e pelos movimentos LGBTQIA+, muitas igrejas tornaram-se mais dogmáticas em temas relacionados a família, uma vez que o avanço dessas agendas significava uma ameaça à moral sexual religiosa conservadora. É a partir dessa reação que o movimento neoconservador emerge (Morán Faúndes, 2019, p. 3-4).

O ativismo neoconservador na América Latina tem o início de seu desenvolvimento na década de 1980. A herança colonial nessa região significou uma forte influência do Catolicismo

sobre a política. Somado ao contexto do avanço do feminismo estava o movimento da teologia da libertação, corrente mais progressista do catolicismo, muito difundida na América Latina e ferrenhamente combatida pelo Papa João Paulo II. É nesse contexto que o Vaticano reorienta e intensifica a atenção para questões de gênero e sexualidade, por meio da reunificação de estruturas católicas locais em torno da agenda neoconservadora (Morán Faúndes, 2019, p.4).

Inspirada pela discussão “foucaultiana” sobre governamentalidade, Wendy Brown (2019) propõe que o neoconservadorismo corresponderia a uma racionalidade política que se expressa na intensificação da regulação moral da sexualidade. E essa intensificação ocorre à medida que outras moralidades se legitimam no sistema internacional de direitos e nos espaços institucionais nacionais e regionais. É uma forma de governo alinhada às exigências do neoliberalismo e enquanto forma de governo da conduta dos indivíduos/sujeitos, atua na produção de subjetividades que priorizam a defesa de uma moral sexual unitária, baseada na concepção cristã de família, legitimada pelo potencial reprodutivo da conjugalidade heterossexual. O neoconservadorismo extrapola inclusive a prioridade da defesa de uma moral única, na medida em que serve como lógica normativa e disciplinadora que conforma os sujeitos ao “princípio universal da concorrência” (Dardot e Laval, 2016) caro ao neoliberalismo. Constitui-se então como um modelo de governança e cidadania (Biroli, Vaggione e Machado, 2020, p.411).

A crise da família é um aspecto de convergência entre neoliberais e conservadores e é essa aliança justamente o que gera a racionalidade neoconservadora. Ela se apoia também na associação entre a maior presença das mulheres no mercado de trabalho remunerado no século XX à desestabilização da estrutura familiar, além de associar as conquistas no campo dos direitos sexuais e reprodutivos a um quadro de irresponsabilidade masculina e conseqüentemente de vulnerabilidade feminina, problemas para os quais propõem a adoção de políticas “pró-casamento” e “pró-família” como solução (Biroli, Vaggione e Machado, 2020, p.419).

Apesar do “familismo” ser um ponto de convergência entre setores religiosos e setores não religiosos, observa-se que o foco dos setores religiosos é centralizado na regulação da reprodução e da sexualidade – justificando barreiras a direitos ou políticas regressivas em nome da família. São conquistas no campo legal como a extensão da permissão ao aborto, o reconhecimento de famílias homoparentais e a aprovação de leis de identidade de gênero que resultaram a politização reativa que reconfigurou o ativismo religioso conservador (Biroli, Vaggione e Machado, 2020, p. 426).

É a partir do antagonismo aos movimentos feministas e LGBTQIA+ que a identidade política neoconservadora se constitui. Apesar da diversidade e dos conflitos internos ao neoconservadorismo, foi o emprego de uma nova estratégia discursiva que viabilizou a articulação entre setores religiosos divergentes e setores não religiosos, a noção de “ideologia de gênero” (Biroli, Vaggione e Machado, 2020, p. 439).

Ela é central para o ativismo neoconservador por sua capacidade de sintetizar todas as discordâncias à agenda de gênero que avançava globalmente sobretudo a partir das experiências de feministas na Conferência do Cairo (1994) e na Conferência de Pequim, em 1995 (Moran Faundes, 2019). É um conceito que surge como reação à mobilização da noção do gênero nos debates internacionais sobre direitos humanos nos anos 1990, mas, como argumenta Morán Faúndes (2019) em *The geopolitics of moral panic*, “parte da efetividade desse termo consiste em sua habilidade de simplificar o complexo e unificar o diverso”. Recorrer à noção de “ideologia de gênero” permitiu que ativismo neoconservador eliminasse das suas narrativas quaisquer diferenças ou divergências entre setores do feminismo e entre o feminismo e o movimento LGBTQIA+.

A atuação política do conservadorismo religioso, sobretudo o católico, foi central para a atual forma que o ativismo neoconservador assume. Apesar do neoconservadorismo abarcar atores conservadores para além do catolicismo, a política sexual adotada pelo Vaticano serviu ao acionamento de fiéis e organizações da sociedade civil na cruzada antigênero. Como veremos adiante, esse acionamento contou com um deslocamento discursivo, de um campo dogmático para um campo secular.

Seção 2 – Secularização Estratégica e a “Refutação” do Gênero em Jorge Scala

Os setores conservadores católicos compreendem a sexualidade e o desejo a partir da ideia de sexo ligada a uma natureza dada, fixa em uma realidade biológica anterior à cultura e a ação humana como um todo. A hierarquia católica assume uma posição no espaço público que está em consonância com o modelo epistemológico positivista das ciências. A consonância se dá pela defesa em comum da ideia de que o sexo binário (dimorfismo sexual) constitui uma realidade material pré-discursiva, apenas passível de observação/comprovação por meio da aplicação do método científico, sobretudo nos campos da biologia (em especial genética) e da psiquiatria. (Morán Faúndes e Vaggione, 2012, p.169)

A análise dos discursos de intelectuais da biomedicina vinculados a universidades católicas possibilita a observação de que a noção de dimorfismo sexual suporia um fim biológico específico para o sexo, qual seja o da reprodução da espécie. Assim, essa noção binária da diferenciação sexual implicaria a naturalização da complementariedade entre homem e mulher e suporia a normalidade do desejo heterossexual e a conseqüente anormalidade dos desejos e das sexualidades não heterossexuais. É por meio de explicações acerca do funcionamento de “mecanismos hipotálamo-hipofisio-gonadais” que o discurso científico mobilizado pelo neoconservadorismo patologiza as identidades sexuais não heterossexuais e identidades de gênero dissidentes. (Morán Faúndes e Vaggione, 2012, p. 170)

É importante ressaltar que a genética é utilizada como fonte científica de concepções específicas sobre sexo e gênero, procurando fixar o entendimento da heterossexualidade enquanto desenvolvimento natural da sexualidade. Assim, esse ativismo nega a possibilidade de explicação genética das sexualidades dissidentes à norma, por temerem um futuro reconhecimento dessas dissidências enquanto variantes normais da sexualidade (Morán Faúndes e Vaggione, 2012, p.172). O campo científico que reservam para a explicação da origem dessas identidades dissidentes é o da psiquiatria. A ênfase dessa abordagem está nas variáveis psicossociais. As sexualidades não heterossexuais corresponderiam a transtornos psiquiátricos causados por traumas. São vistas como conseqüências, por exemplo, do abandono paterno durante a infância, da superproteção materna, de violência intrafamiliar, de abusos sexuais entre outros conflitos e experiências traumáticas (Morán Faúndes e Vaggione, 2012, p. 172-173).

Não satisfeito com a patologização de pessoas não heterossexuais, o ativismo neoconservador mobiliza argumentações científicas para associar as sexualidades não heterossexuais a riscos, não só biológicos e psíquicos, mas também sociais. Assim, sexualidades dissidentes da norma estariam associadas a comportamentos que prejudicam a comunidade como um todo, constituindo um problema não só individual mas coletivo. Os riscos que associam às sexualidades dissidentes seriam de ordem psíquica, com condutas violentas, desregradas e irracionais e de ordem biológica, a partir da associação dessas sexualidades à promiscuidade e a conseqüente e suposta propensão a adquirir infecções sexualmente transmissíveis. Esses argumentos de ordem biológica ganham ênfase especialmente em debates sobre adoção de crianças por casais do mesmo sexo (Morán Faúndes e Vaggione, 2012, p. 174-175).

Outro ponto central dessa análise é o meio pelo qual o ativismo neoconservador se distancia da postura dominante da psiquiatria ao questionar as decisões que retiraram a homossexualidade e, posteriormente, a transexualidade, dos manuais e classificações de distúrbios mentais e doenças, realizadas respectivamente na Associação Americana de Psiquiatria (APA) em 1973 e na Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1990. Os neoconservadores argumentam que essas decisões constituíram processos políticos resultados das pressões políticas realizados por ativistas homossexuais e que portanto essas decisões não teriam sido baseadas em conhecimento científico (Morán, Faúndes e Vaggione, 2012, p.173).

A partir das observações apresentadas acima, é possível apreender que o ativismo conservador religioso se reconfigura quanto aos posicionamentos que defende nos embates políticos em que se insere. Ao invés de centrar-se na moral tradicional cristã, o neoconservadorismo se volta para argumentos científicos e discursos legais na defesa de concepções naturalistas do ser humano e da família. Esse deslocamento ocorre como parte do fenômeno da politização reativa, assim conceitualizado por Juan Marco Vaggione (2005), e consiste em um secularismo estratégico. Apesar da priorização de discursos seculares como fundamentação argumentativa do ativismo neoconservador maximizar o uso de dados científicos e da linguagem do direito, o secularismo estratégico não significa o abandono de crenças, tampouco significa que os discursos estejam baseados apenas em conhecimentos seculares. Como veremos mais à frente, por meio de argumentações racionais pretensamente científicas, intelectuais neoconservadores seguem na defesa do criacionismo como explicação da origem da vida, em oposição ao evolucionismo de Darwin.

Analisando a seguir o livro de Jorge Scala sobre a “ideologia de gênero”. O primeiro objetivo é testar a hipótese de que os argumentos mobilizados não são religiosos, mas científicos. Para isso, rastreamos em quais campos do conhecimento se situam os argumentos mobilizados pelo autor para refutar o conceito de gênero e caracterizá-lo como ideologia. O segundo objetivo é testar a hipótese de que o discurso enunciado nesse livro faz parte de uma das estratégias adotadas pelo neoconservadorismo, a estratégia da construção do feminismo como inimigo político. Para isso, analisamos os sentidos empregados ao feminismo (radical e “de gênero”) pelo autor em sua narrativa sobre a chamada “ideologia de gênero”.

O neoconservadorismo, como mencionado acima, reconfigurou seu ativismo como reação à politização do gênero e da sexualidade encabeçada pelos movimentos feministas e pela diversidade sexual durante a década de 1990. Os documentos eclesiais lançados nessa época serviam como um chamado para que os fiéis se empenhassem na defesa da família. O objetivo

iria além da defesa de uma moralidade sexual cristã à medida que recusa a sanção de direitos que outorguem legitimidade a pessoas não heterossexuais. Para isso, articularam uma política sexual que, por meio de documentos oficiais, fazem um chamado a ação da comunidade católica e do posicionamento público da Igreja pela defesa da ordem legal, sexual e ética da heteronormatividade (Morán Faúndes, Vaggione, 2012).

Documentos como “*Algunas Consideraciones concernentes a la respuesta a propuestas de ley sobre la no discriminación de las personas homosexuales*” (Congregação Doutrina para a Fé, 1992) e *Consideraciones acerca de los Proyectos de Reconocimiento Legal de las uniones entre personas homosexuales* (Congregação Doutrina para a Fé, 2003), são exemplos das produções da hierarquia católica que serviram como instrumento de mobilização neoconservadora. O primeiro deles, buscava evitar a legislação antidiscriminação, enquanto o segundo centralizou suas preocupações no combate ao reconhecimento dos casais do mesmo sexo. Já na *Encíclica Evangelium Vitae* (1995) ficou mais evidente o chamado aos intelectuais católicos a defenderem a ordem sexual tradicional. Como expõe Juan Marco Vaggione e Jose Manuel Morán Faúndes:

“El nexa entre la Iglesia Católica y los/as fieles intelectuales queda establecido por un llamado a afrontar la defensa del orden sexual heteronormado a partir de una serie de argumentaciones de índole secular, yendo más allá del discurso meramente religioso. La importancia dada a las argumentaciones científicas, legales o bioéticas, es así una característica emergente del activismo católico conservador que se plasma en *Consideraciones*, siendo uno de sus principales propósitos ‘presentar argumentaciones de carácter racional’”. (Moran Faundes, 2012, p. 168)

A moral sexual defendida nesses documentos eclesiais produzidos nos anos 1990 pela Igreja Católica se baseia nas potencialidades reprodutivas (aberta à vida, sem uso de métodos contraceptivos) e “unitivas” (dentro do matrimônio) (Morán Faúndes, Vaggione, 2012). Apesar dessas concepções estarem fundamentadas em crenças e postulados cristãos, como é possível observar acima a estratégia lançada pelo conservadorismo religioso para a defesa da moral sexual cristã consiste na priorização de argumentações racionais, que mobilizam conceitos científicos e legais com o intuito de atribuir legitimidade a estereótipos e opiniões baseadas no senso comum e de naturalizar desigualdades sociais

Com uma abordagem racional e baseando-se em conceitos filosóficos, científicos, legais, entre outros, Jorge Scala escreveu “*La Ideología de género o el género como herramienta de poder*”, publicado em espanhol pela primeira vez em 2003, pela editora argentina Sekotia. Em português, o livro foi publicado em 2011 pela editora Katechesis com o título “*Ideologia de Gênero: O neototalitarismo e a morte da família*” O livro é composto por seis capítulos, em que

Scala discute o conceito de gênero enquanto uma ideologia feminista e busca denunciar o que considera ser uma conspiração global contra a humanidade.

Neste livro, define a “ideologia de gênero” como:

“[...]a ideologia mais radical da história, já que, se fosse imposta, destruiria o ser humano em seu núcleo mais último e simultaneamente acabaria com a sociedade. Além disso, é a mais sutil porque não procura se impor pela força das armas - como, por exemplo, o marxismo e o nazismo -, mas utilizando a propaganda para mudar as mentes e os corações dos homens, sem aparente derramamento de sangue.” (Scala, 2011, p. 11)

Segundo Scala, o feminismo e movimentos homossexuais adotaram estrategicamente a linguagem dos direitos humanos, da cidadania e de direitos sexuais e reprodutivos para promover uma “lavagem cerebral” global. Para tanto, esses movimentos teriam se articulado com a ONU, com elites globais e governos imperialistas na produção de propaganda a fim de construir hegemonia. Utilizariam, para isso, o sistema de educação formal, sobretudo nos países subdesenvolvidos. O objetivo final seria a destruição da natureza humana, da família e, conseqüentemente, da sociedade como um todo (Scala, 2011, p.18).

O autor localiza a origem do gênero no que chama de terceiro movimento feminista ou o “feminismo de gênero”. Esse feminismo teria superado o objetivo que os feminismos anteriores defendiam. Ele teria nascido nos EUA dos anos 1970 em que o gênero apareceria como o conceito que possibilitaria a eliminação da diferença entre os sexos. Scala associa autoras como Shulamith Firestone (1970)^d, Betty Friedan^e, Nancy Chorodow^f, entre outras, à ideia de que a opressão da mulher se situava na maternidade e que, portanto, defendiam como solução para tal opressão a “promoção da contracepção e do aborto e da transferência da responsabilidade da educação dos filhos para o Estado.” (Scala, 2011, p.21)

Na versão do autor, o gênero só teria sido acolhido em 1980 pela aliança entre “feministas de gênero” e o “lobby homossexual”. Dessa união surgiria a estratégia de transferir o foco de intervenção da maternidade para um ataque à família tradicional que se daria por meio da aquisição do mesmo status legal entre famílias tradicionais e novos tipos de família (que exemplifica como “concubinato, casamentos gays, ‘família monoparental’”, entre outras (Scala, 2011, p.21). O autor apresenta o que chama de origem científica do termo gênero, que associa a um “experimento” trágico realizado pelo Dr. John Money. Scala se utiliza desse caso para

^d Dentre suas obras, destaca-se *The Dialectics of Sex*, publicado em 1970.

^e Dentre suas obras destaca-se *The Feminine Mystique*, publicado em 1963.

^f Dentre suas obras destaca-se *The reproduction of mothering*, publicado em 1978.

questionar a cientificidade do conceito de gênero e das concepções psicológicas acerca da identidade de gênero, sobretudo em relação a identidades trans.

No capítulo do livro reservado para discutir o teor ideológico do gênero o autor parte da explicação de que o gênero seria uma cosmovisão “ imanentista”, que “ainda que admita a existência de um mundo exterior ao sujeito, nega a realidade de qualquer ordem natural e objetiva do cosmos.” (Scala, 2011, p. 32). Mais à frente, Scala constrói a denúncia ao que seria a atual forma de difusão da ideologia de gênero. Para isso, discorre sobre as estratégias de manipulação adotadas pelo que chama de “ideólogos do gênero”. Seriam estratégias de manipulação da linguagem e de uso de imagens, dentre elas as “palavras talismã” e os “esquemas mentais” que seriam utilizados ao lado de imagens como propagandas da “ideologia de gênero”. Scala descreve em três etapas o que denuncia como uso de técnicas de “lavagem cerebral” (Scala, 2011, p.34). Sinteticamente, consistiria na (i) escolha de um termo da linguagem comum que seja “dúbio” e modificação de seu conteúdo/sentido de “forma sub-reptícia”; (ii) introdução do termo na opinião pública por meio de propagandas jornalísticas. É nessa segunda etapa que se combinam as técnicas como o uso de “palavras talismã”^g, de esquemas mentais e imagens. A última etapa seria (iii) a introdução dessa ideologia (nesse caso a de gênero) nos sistemas de educação formal. Para essa etapa, utiliza como exemplo políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e diversidade sexual na Espanha, no México e na América Latina como um todo, além de programas educacionais da UNESCO. (Scala, 2011, p.35-37)

Quando se propõe a discutir teoricamente o conceito de gênero, Scala o faz com o intuito de revelar o teor ideológico desse conceito. Inicia situando a “ideologia de gênero” como uma ideologia feminista, surgida no que chama de terceira geração do feminismo. Na cronologia que propõe, Scala afirma que a ideologia de gênero é uma “pseudo-antropologia” inventada pelo feminismo de gênero. Seria consequência de uma “grave crise de identidade da mulher” durante os anos 1960, decorrente do uso de pílulas anticoncepcionais e da busca das mulheres por “exata igualdade com os homens em matéria sexual” (Scala, 2011, p.46-47).

Parte de críticas ao trabalho da autora feminista mexicana Marta Lamas^h (2002) para afirmar que o pressuposto de que homens e mulheres seriam iguais está ligado a duas negações: a negação da natureza dos sexos e a negação de que o sexo biológico define o gênero de uma

^g “[...] vocábulos que legitimam, automaticamente, todos os outros termos que são colocados junto a eles. Por exemplo, a palavra “democracia” é um verdadeiro vocábulo talismã.” (Scala, 2011, p.34)

^h Dentre as principais obras destaca-se *Cuerpo: diferencia sexual y género*, publicado em 2002.

pessoa. A partir dessas negações à “ideologia de gênero”, afirmaria que o gênero seria o sexo socialmente construído (Scala, 2011, p. 54-55). A noção de sexo socialmente construído é particularmente problemática na visão de Scala. A ideia de autonomia sexual defendida pelo feminismo e pelos movimentos LGBTQIA+ significaria, para o autor, que:

“[...] a sexualidade não teria nenhum condicionamento biológico; portanto, cada um gozaria de autonomia absoluta para determinar no que consistiria a feminilidade e a masculinidade e em escolher - com a mesma absoluta autonomia - o que gostaria de ser agora e leva-lo a prática.” (Scala, 2011, p. 62-63).

As consequências nefastas que a “ideologia de gênero” representa na narrativa de Scala se traduziriam na extinção de qualquer limite que pudesse ser imposto à sexualidade. Desse modo, seriam igualmente válidas e legítimas relações/práticas sexuais como o casamento heterossexual (solúvel e indissolúvel), a prostituição, as uniões homossexuais, a pedofilia, a zoofilia e a necrofilia (Scala, 2011, p. 65-67). É estratégico que práticas tão distintas sejam posicionadas juntas, como decorrência de um mesmo deslocamento do natural à permissão.

Como consequência dessa igual atribuição de legitimidade a todas as práticas sexuais, Scala afirma que se concretizaria o fim da família. Esse cenário decorreria de: “um total desamparo jurídico ao matrimônio” em referência ao divórcio e à equiparação entre casamento e uniões de fato; da “confusão mental” causada pela educação sexual e pela proteção e promoção de direitos sexuais e reprodutivos para crianças e adolescentes, compreendidos por Scala como “o oferecimento gratuito, desde a puberdade, de todos os elementos contraceptivos.” (Scala, 2011, p. 78); e da destruição da autoridade familiar, decorrente da substituição do “pátrio poder”, pela parentalidade. O combate à violência de gênero é um tema “em certo sentido marginal” na crítica que Scala faz e, apesar disso, ele nega sua existência sob duas perspectivas, como observou Flávia Biroli (2020):

“No livro, a questão da violência aparece de duas formas distintas: a primeira é a contestação da ideia de que há violência de Estado quando o aborto é criminalizado e as mulheres são levadas a interromper a gestação em condições inseguras; a segunda diz respeito à ideia de violência de gênero no cotidiano, sobretudo no cotidiano das relações domésticas. O esforço é, de maneira nítida, no sentido de politizar reativamente o debate sobre violência, em uma perspectiva de renaturalização das relações de poder e da trama das relações sociais de gênero.” (Biroli, Vaggione, Machado, 2020, p. 4041-4055)

A contestação da noção de violência de gênero se justificaria por três equívocos supostamente cometidos pelo feminismo ao considerarem que apenas as mulheres são vítimas de violência de gênero e que esta violência só seria injusta quando sofrida por mulheres. O terceiro equívoco suposto pelo autor diz respeito a definição de violência doméstica, que deveria ser tratada como violência interpessoal. Além disso, Scala contesta a definição de

violência familiar. Como exposto por Tatiana Lionço, Ana Clara Alves, Felipe Mattiello e Amanda Freire (2018):

“[...] o conceito de violência familiar é inaceitável, pois, segundo o autor, o termo seria o mais apropriado para se referir a violências que ocorrem em domicílios que não constituem verdadeiras famílias, muito embora não apresente evidências empíricas para fundamentar esta afirmação. Segundo Scala, a violência familiar é própria de lares que não estão “baseados no casamento heterossexual intacto”, sugerindo que divórcio e novo casamento, maternidade solteira e conjugalidade homossexual estariam fora da definição de família.” (Lionço, Alves, Mattiello e Freire, 2018, p. 604)

O capítulo que Scala reserva para refutar a “ideologia de gênero” é de suma importância para este trabalho pois é nele que o autor intensifica o uso de argumentos inscritos nos campos da ciências experimentais, da psicologia e da antropologia para desqualificar e deslegitimar o gênero enquanto categoria válida. Nessa parte fica mais explícita a utilização do secularismo estratégico na construção discursiva contrária às noções de gênero e sexualidade defendidas pelo feminismo e movimentos LGBTQIA+. Para tanto, o autor apresenta os conceitos filosóficos que sustentarão sua refutação.

De forma sintética apresenta a dicotomia entre essência e acidente para mais adiante poder diferenciar características essenciais do ser humano daquelas circunstanciais. Ele define também o que chamará ao longo do capítulo de evidente: “tudo aquilo que é manifestamente verdadeiro ao entendimento, sem necessidade alguma de demonstração.” Essa definição será importante no desenvolvimento do pensamento de Scala pois será a partir do que considera “evidente” que o autor proporá uma série de explicações acerca da natureza humana. (Scala, 2011, p.95-97)

Antes de inscrever a refutação ao gênero nas ciências experimentais, na psicologia e na antropologia, Scala discorre sobre os limites das ciências empíricas na compreensão dos comportamentos humanos. Esses limites seriam excedidos na medida em que a dedução de normalidade ou anormalidade de um comportamento humano, nesse caso a homossexualidade, não poderia se basear na sua maior ou menor ocorrência/incidência no corpo social. (Scala, 2011, p.97-99)

Na sequência, o autor volta a discussões filosóficas para defender a concepção monista do ser humano como “um composto harmônico de corpo material e alma imaterial ou espírito” em oposição à concepção dual do ser humano que tanto em sua versão espiritualista como na materialista não seria suficiente para explicar a harmonia entre material e imaterial, entre corpo e espírito. Em seguida, nega a evidencia do gênero ao afirmar que o que é de fato evidente são

as diferenças fisionômicas percebidas acerca do sexo masculino, como corpo de homem, e do sexo feminino, como corpo de mulher (Scala, 2011, p. 99-103)

A refutação empírica do gênero parte da noção de gênero como sexo socialmente construído como oposta às definições biológicas do sexo. Vemos aqui, como em outras partes do livro, o uso da genética e da psiquiatria como base argumentativa para atribuir, respectivamente, anormalidade a identidades trans, pessoas intersexo e sexualidades não heterossexuais e conseqüentemente sua condição patológica. Essa atribuição se dá também pelo questionamento, aqui indireto, às decisões institucionais que despatologizaram a homossexualidade e a transexualidade (Scala, 2011, p. 104-106)

Já na refutação psicológica do gênero fica explícita a ênfase na negação à noção de performatividade e de identidade de gênero. Tanto a autonomia para definir sua identidade de gênero quanto o caráter cultural que reside no gênero são ideias inaceitáveis para Scala. Para refutá-las o autor volta a sua definição do ser humano como ser monista, cujo sexo é essencial e binário/dimórfico e cuja natureza é imutável. Qualquer desequilíbrio entre os “aspectos biológico-corporais e sexuais com os psíquicos e espirituais” implicaria anormalidade e, por conseguinte, patologia. Scala finaliza sua refutação psicológica do gênero com o questionamento da legitimidade da decisão oficial de retirar a homossexualidade do Manual Estatístico e Diagnóstico de Transtornos Mentais da APA (Scala, 2011, p.108-109).

Como mencionado no início dessa seção, a caracterização de tais decisões institucionais como processos políticos decorrentes de pressões impostas pelo “lobby homossexual” corrobora a noção de secularismo estratégico. Ou seja, trata-se de uma estratégia de se aproximar de posicionamentos dominantes adotados pelas instituições biomédicas e de se afastar destes quando convém (Manuel Faundes, Vaggione, 2012, p.169). Desse modo, reposicionaria o natural como científico e os estudos de gênero como ideologia.

Finalmente, na refutação antropológica Scala retoma a concepção filosófica “monista” do ser humano. Para ancorar sua afirmação naturalista do sexo binário como definidor do gênero, do dimorfismo sexual como realidade imutável, além da concepção do homem enquanto “espírito encarnado sexuado”, o autor constrói uma narrativa racional a partir da distinção de aspectos materiais do ser humano (com “relativamente pouca plasticidade”) daqueles imateriais (com “relativamente muita plasticidade”). Em seguida distingue componentes humanos inatos (*i.e.* o temperamento) daqueles adquiridos (*i.e.* o caráter). Esses componentes adquiridos sofreriam influência de dois tipos distintos de “entornos”, um material (como o meio ambiente) e outro imaterial (*i.e.* “cultura histórica concreta”). Na sequência recorre à distinção entre elementos acidentais do ser humano, como olhos, cabelo, membros

superiores e inferiores e “características observáveis à simples vista” e aqueles elementos que seriam essenciais, como o código genético de 46 cromossomos dos humanos e a capacidade de amar (Scala, 2011, p. 110-115).

A partir dessas distinções propostas, o autor afirma que homens e mulheres são diferentes sobretudo em seus elementos/aspectos essenciais. A igualdade essencial entre homens e mulheres, ou a negação da existência de uma essência própria do homem e outra própria da mulher resultariam, na visão de Scala, na desumanização de seres humanos. Ao exemplificar as consequências de tal desumanização, o autor chega a equiparar o direito ao aborto à escravidão e a genocídios perpetrados por supremacistas raciais e pelo Estado (Scala, 2011, p. 114), o que demonstra sua conexão com movimentos autodenominados pró-vida, com atuação importante para o enraizamento local dos novos esforços contra a igualdade de gênero e os direitos reprodutivos e sexuais.

Para demonstrar como a humanidade se divide essencialmente entre homens e mulheres, o autor afirma ser necessário o descarte de todos elementos acidentais do ser humano, afinal “através dos acidentes, nunca se chega à essência” (Scala, 2011, p.115). Nessa parte o autor chega a associar “os escassos momentos da cultura unissex”, que exemplifica com a cultura greco-romana, a um contexto de “enfraquecimento da masculinidade e da feminilidade”, razão pela qual essas culturas desapareceram (Scala, 2011, p.115).

Assim, na visão de Scala, o que comprova e efetivamente define a diferença entre homens e mulheres seria a essência masculina e a essência feminina contidas respectivamente em homens e mulheres. Essas divergências diriam respeito a diferentes formas de ver o mundo, uma naturalmente masculina e uma naturalmente feminina. Por essa perspectiva, os homens teriam uma visão global e completa enquanto as mulheres teriam uma visão detalhista e incompleta. Os homens reagiriam a fatos externos de forma racional, enquanto as mulheres naturalmente reagiriam com suas emoções, com sua vontade e com sua inteligência, a depender de qual delas possa prevalecer (Scala, 2011, p. 116-117).

Partindo do pressuposto de que essas distintas percepções de mundo seriam evidências, Scala afirma que em contextos familiares, o homem tende a valorizar mais as palavras enquanto as mulheres tenderiam a valorizar os gestos, em detrimento das palavras. Os homens teriam facilidade de ignorar dores e ofensas, enquanto as mulheres teriam dificuldades de superar tais dores e ofensas. Em seguida, Scala afirma que as mulheres teriam uma “necessidade psicológica de agradar aos outros em tudo o que faz”, enquanto tal necessidade não seria essencialmente presente em homens (Scala, 2011, p. 118-119).

A narrativa que Scala constrói é perpassada por estereótipos e alegações de que realidades complexas seriam simples e únicas, passando ainda por explicações acerca da autoridade paterna e das diferenças essenciais entre homens e mulheres no tocante à educação dos filhos (Scala, 2012, p. 121-125). Chega finalmente à definição do que seriam as essências masculina e feminina. A primeira é definida pelo que o autor chama de missão masculina – a missão de encarnar a autoridade – ou seja, a paternidade e seus desdobramentos no mundo público. Já a segunda é definida pela “qualidade inata pela qual as mulheres sempre acolhem outros seres humanos”, qual seja a maternidade (Scala, 2011, p. 126-127), que posicionaria as mulheres no mundo privado do cuidado.

A partir da análise que realizei do livro de Scala, pude apreender que os argumentos mobilizados pelo autor procuram inscrever-se majoritariamente em campos de conhecimento científicos, sobretudo da filosofia, da biologia, da psiquiatria e do direito. Desse modo, foi possível verificar que os argumentos mobilizados não são religiosos/dogmáticos, mas têm a pretensão de ser científicos. Isso se dá apesar de considerarem como evidências uma série de convenções e operarem com estereótipos já desconstruídos pela ciência.

Como vimos nesta e na primeira seção, a cruzada contra o gênero conta com o ativismo de atores conservadores religiosos e seculares. Apesar das instituições religiosas, sobretudo as católicas, terem sido centrais na reconfiguração desse ativismo neoconservador, a contestação às pautas feministas e pela diversidade sexual não se constituiu de argumentações dogmáticas, baseadas na doutrina cristã. Não é enquanto pecado que as sexualidades dissidentes da norma heterossexual são deslegitimadas e desqualificadas, mas enquanto desvios, anomalias ou patologias.

A priorização dessa argumentação secular, no entanto, não significa o abandono da fé, tampouco significa o uso exclusivo de discursos seculares por ativistas neoconservadores, pois a leitura de Jorge Scala evidencia que não só é possível, como pode ser útil ao objetivo político do neoconservadorismo o uso de discursos seculares para defender e promover cosmovisões cristãs, como a defesa do criacionismo (Scala, 2011, p.87).

Foi possível apreender também que Scala não concebe o feminismo ou movimentos LGBTQIA+ como adversários políticos legítimos inseridos nas disputas democráticas. Na narrativa que Scala constrói sobre o que chama de “ideologia de gênero”, o feminismo responsável pela criação do gênero é sempre caracterizado como radical e antinatural. Diferente dos feminismos de primeira e segunda onda, que objetivaram a aquisição do sufrágio e de direitos civis para mulheres, o feminismo de gênero e sobretudo sua versão radical teriam como objetivo “a submissão dos homens por parte das mulheres” (Scala, 2011, p.61). A

caracterização do feminismo e do que escala chama de “minorias sexuais”, em referência à movimentos LGBTQIA+ e/ou pela diversidade sexual e de gênero, como ameaça às crianças, à família tradicional e à humanidade de modo geral é nítida no livro de Scala e explicita sua estratégia de construção do feminismo como inimigo.

Seção 3 – A Construção do Feminismo como Inimigo e a Naturalização de Desigualdades em Laje

As reivindicações por igualdade, liberdade e justiça defendidas por movimentos feministas e LGBTQIA+ contaram sempre com a oposição de grupos conservadores. Na América Latina, a mobilização da ideia de que existiria uma “ideologia de gênero” ocorreu, como vimos na seção 1, pela primeira vez em 1998 durante conferência da hierarquia católica no Peru. Foi a partir da segunda década do século XXI, no entanto, que se iniciou o ciclo de protestos que procurava combater a chamada “ideologia de gênero”. Apesar da contraposição à chamada ideologia de gênero ter sido mobilizada em embates institucionais ainda em 2014 como no caso brasileiro do Programa Nacional de Educação, em que se eliminaram as menções a igualdade racial e de gênero, os protestos de rua mobilizados por neoconservadores na cruzada antigênero se iniciaram em 2016 (Biroli, Vaggione, Machado, 2020, p.3813). São exemplos desses protestos a Marcha de la Familia que ocorreu na Colômbia como reação às políticas estaduais de educação sexual e à legalização de uniões entre pessoas do mesmo sexo; as marchas organizadas pela Frente Nacional por la Familia, no México, que se opunham ao casamento igualitário e à adoção de crianças por casais do mesmo sexo; e os protestos organizados pela campanha #ConMisHijosNoTeMetas no Peru, contrários também à inserção da educação sexual nas diretrizes da educação básica (Biroli, Vaggione, Machado, 2020, p. 3843). Dentre os diversos atores políticos neoconservadores envolvidos nessas mobilizações, destacamos para este trabalho a produção intelectual de dois argentinos, o cientista político Agustín Laje e o advogado Nicolás Márquez.

Nesta seção, apresentaremos uma análise do livro Laje, com foco no capítulo que o autor reserva ao feminismo. A partir dessa análise captaremos os sentidos atribuídos ao feminismo radical pelos autores. Em seguida, observaremos a partir da discussão proposta por Flávia Biroli (2020) se a justificativa religiosa foi substituída pela construção do feminismo como inimigo enquanto estratégia de naturalização das desigualdades.

Com a proposta de desmascarar a “nova esquerda” e denunciar a chamada “ideologia de gênero”, Agustín Laje e Nicolás Márques escreveram *O livro negro da nova esquerda*, publicado em 2016 pela editora Unión Editorial. O livro é composto por nove capítulos, organizados em duas partes de modo que Agustín Laje se dedica na primeira parte a discutir o chamado “feminismo radical” e Nicolás Márquez se dedica na segunda parte a discutir o que chama de “homossexualismo ideológico”. Neste artigo, optamos por analisar apenas a parte escrita por Augustin Laje, já que é ela que se dedica aos feminismos.

No primeiro capítulo, Agustín Laje se propõe a reconstituir o percurso histórico e teórico do marxismo clássico ao “pós marxismo”. Para tanto, argumenta que a o materialismo histórico e a abordagem economicista de Marx foi substituída pela hegemonia “gramsciana”, posteriormente desenvolvida por Chantal Mouffe e Ernesto Laclau¹. Assim, a luta de classes perderia a centralidade na revolução proletária, sendo substituída pela “batalha cultural” que caracterizaria a “nova esquerda” (Laje, 2016, p.16-27)

A “ideologia de gênero” teria, na visão do autor, papel fundamental nessa busca por hegemonia, pois substituiria a luta de classes por uma “luta de sexos”, em que homem e mulher seriam inconciliáveis. Laje reserva o segundo capítulo à discussão do feminismo e da ideologia de gênero e propõe uma história do feminismo dividido em três ondas, sendo a primeira “onda” a das sufragistas, a segunda “onda” corresponderia ao feminismo marxista e a terceira “onda” estaria associada ao “feminismo de gênero”. A primeira onda teria se expressado no marco das revoluções liberais do século XVIII. Caracterizada pela reivindicação de cidadania para as mulheres, essa “primeira onda” representou, na visão do autor, “um grande feito em favor da justiça” (Laje, 2016, p.35).

Já a segunda “onda” do feminismo, em que situa o feminismo associado ao marxismo, teria seu ponto de partida em Friederich Engels e sua estratégia de “hegemonizar as demandas femininas por parte dos proletariados” (Laje, 2016, p.38). Caracterizando o feminismo marxista como “filho espiritual do socialismo”, ao citar o teórico ultraliberal Ludwig von Mises, Laje afirma que tal feminismo buscaria superar limites impostos pela natureza por meio do combate a instituições sociais, sobretudo a família. Esse feminismo localizaria na família a origem comum da exploração de classes e dos sexos e proporia a substituição dela pelo Estado totalitário e pelo partido. Diferentemente da primeira “onda”, cuja estratégia de intervenção se concentrou na conquista do sufrágio e do acesso à educação formal, o feminismo marxista

¹ Em referência ao livro *Hegemonia e estratégia socialista*, publicado em 1985.

adotaria a violência como instrumento de destruição da família e da propriedade privada (Laje, 2016, p. 33-40).

A terceira onda do feminismo no entendimento proposto por Laje seria a responsável pela germinação da “ideologia de gênero”. A chegada ao feminismo de gênero passaria por um “interregno” teórico representado, para o autor, pela crítica culturalista contida na obra de Betty^j Friedan (1963), que apesar de não se inscrever no espectro ideológico da esquerda, excederia a esfera pública, invadindo a dimensão privada. É em Simone de Beauvoir^k que Laje situa a origem do feminismo de gênero, também entendido como “feminismo culturalista”, “radical” e/ou “neomarxista”. Simone de Beauvoir inverteria a lógica de intervenção do feminismo marxista ao propor que a mudança cultural precederia a econômica. A famosa passagem de de Beauvoir contida em “O Segundo Sexo” (1949), significaria para Laje a implosão da identidade mulher e a negação da natureza humana (Laje, 2016, p. 52-57).

Laje localiza na década de 1970 o surgimento do feminismo radical, ao qual associa Kate Millet^l, Shulamith Firestone^m e Monique Wittigⁿ. Esse feminismo deslocaria o problema da opressão da mulher da esfera privada para a pública. Assim como na versão marxista, o feminismo radical localizaria na família e na propriedade privada a origem de sua opressão. Mas, diferente daquele, o feminismo radical utilizaria a legalização da pedofilia e do incesto como estratégia de destruição da família. Laje atenta ainda para a abundante quantidade de lésbicas no feminismo radical, que se explicaria pelo forte componente ideológico contido nesse movimento (Laje, 2016, p. 60-62) Como explicita Flávia Biroli:

“A ideia de que o feminismo radical faz com que o problema da opressão da mulher “inunde” tudo e que os âmbitos público e privado “sejam escrutinados por igual” é a que mais se repete. A politização das relações de poder entre mulheres e homens, a politização do gênero como a base para a demanda por direitos, que é, portanto, o inaceitável.” (Biroli, Vaggione, Machado, 2020)

A teoria queer seria, para Laje, o ápice da implosão da identidade mulher. O autor parte de críticas a Monique Wittig, que é apresentada como um expoente fiel do marxismo cultural, e chega a Judith Butler^o, a quem acusa de “esticar tanto o conceito de gênero até que nele

^j Em referência ao livro *A Mística Feminina*, publicado em 1963

^k Em referência ao livro *O Segundo Sexo*, publicado em 1949.

^l Em referência ao livro *Sexual politics*, publicado em 2000.

^m Em referência ao livro *The dialectic of sex. The case feminist revolution*, publicado em 1971

ⁿ Em referência ao ensaio *A Categoria do Sexo*, contido no livro *El pensamiento heterosexual y otros ensayos* publicado em 1992.

^o Em referência ao livro *Gender Trouble*, publicado em 1990.

caibam as mais estranhas formas e gostos sexuais. Hegemonia, em outras palavras.” (Laje, 2016, p. 67). Nessa parte o autor se preocupa em questionar a noção de gênero enquanto categoria cultural. Visão essa que busca estigmatizar como antinatural e anticientífica.

Para completar a desqualificação do gênero, o autor tece críticas, dentre outras teorias queer – sobretudo de intelectuais argentinas – ao manifesto contra-sexual de Paul B. Preciado^p. A proposta de prática contra-sexual que Preciado oferece leva Laje a descrever detalhadamente a anatomia do corpo humano na intenção de comprovar que a designação de órgãos sexuais e partes erógenas são definidas pela realidade anatômica humana e não pela cultura. Desse modo, Laje chega a seguinte conclusão: “O inevitável é a conclusão de que a ideologia queer gera um coquetel explosivo de ódio, violência e frustração individual.” (Laje, 2016, p. 78).

Laje reserva a seção seguinte para apresentar um caso que demonstraria “concretamente a aplicação da ideologia de gênero no campo da medicina e da psiquiatria e suas consequências” (Laje, 2016, p.83). O caso em questão é o do Dr. John Money e o “experimento” trágico e antiético que realizou nos gêmeos Reimer. Assim como Jorge Scala mobiliza essa experiência para explicitar o teor ideológico do gênero, Laje também o faz. No entanto, Laje vai além e apresenta ainda alguns estudos da neurociência que comprovariam a influência dos hormônios sexuais no desenvolvimento genital de fetos. Apesar desse tema exceder o objetivo desse trabalho, é importante enfatizar que o caso dos gêmeos Reimer não diz respeito a um tratamento clínico de readequação/confirmação de gênero em pessoas trans. A teoria/hipótese que Dr. Money defendia se chamava sistema de “sexo ótimo para criação” e era oriunda de tratamentos realizados em crianças intersexo em que muitas dessas intervenções cirúrgicas resultaram mutilação genital de crianças na busca por uma “normalização” de corpos cujo sexo não é binário. Os atos cometidos pelo Dr. Money são absolutamente questionáveis, sobretudo do ponto de vista da bioética, e explicitam a urgência de aparatos legais mais responsáveis e humanos que garantam às crianças intersexo sua autonomia em relação à identidade de gênero (Freitas, Guimarães, Carezzato e Mendo, 2019, p.148). Nesse sentido, trata-se de algo semelhante ao que descrevemos em Scala: reúnem-se práticas distintas como se fossem elementos de um mesmo fenômeno decorrente dos feminismos “de gênero”.

Na penúltima seção deste capítulo, Laje se propõe a discutir a relação entre liberação feminina e capitalismo. Parte da explicação de que o capitalismo, por meio da propriedade privada e do desenvolvimento de tecnologias, seria o responsável por uma suposta superação

^p Em referência ao *Manifesto contra-sexual*, publicado em 2000.

de limites físicos impostos às mulheres pela natureza. Essa superação teria ocorrido à medida que os contratos, centrais na lógica de mercado, substituíram a lógica da força física o que, na visão do autor, permitiu a entrada progressiva das mulheres no mercado de trabalho formal. Na narrativa que constrói, Laje afirma que as tecnologias que se desenvolveram desde as revoluções industriais seriam o principal fator de liberação das mulheres das limitações que a diferença sexual imporia às mulheres, entendidas por Laje como “fraqueza física” (Laje, 2016, p.91). Para isso, referencia-se no livro *O Primeiro Sexo* da antropóloga Helen Fisher (1999) para afirmar que “a cultura empresarial, em nossa economia globalizada capitalista e baseada no conhecimento, logo favorecerá mais às mulheres do que aos homens” (Laje, 2016, p. 91). É curioso que todos os exemplos que o autor dá de avanços tecnológicos estão relacionados ao cuidado, como se essa fosse naturalmente uma atribuição de mulheres. Na versão que o autor cria acerca da divisão sexual do trabalho o capitalismo teria proporcionado uma realidade em que homens e mulheres dividem as tarefas domésticas simetricamente. Ainda nessa versão, o crescimento econômico seria responsável pela inclusão de meninas no sistema de educação formal.

Por fim, o autor concentra sua análise nos movimentos feministas e LGBTQIA+, sobretudo argentino, que busca estigmatizar mais uma vez como grupos perigosos, violentos, escatológicos e antinaturais. E isso nos leva à questão principal desse trabalho, qual seja o da atual estratégia do neoconservadorismo para (re)naturalizar as desigualdades.

Como propôs Biroli (2020), a associação entre feminismo, “marxismo cultural” e “ideologia de gênero” proposta por Laje é bastante útil para a estratégia de construção do feminismo como inimigo político. Além de se contraporem a concepções de gênero e sexualidade que tradicionalmente contestavam a moral cristã, associar as demandas por igualdade de gênero à ideia de extremismo de esquerda permite aos neoconservadores contestar agendas acerca de temas não tocados pelas escrituras sagradas, como a demanda por igualdade de participação política para mulheres (Biroli, Vaggione e Machado, 2020, p. 4097). Como observa Biroli (2020) “Para a construção do feminismo como inimigo, é fundamental afirmar sua origem em uma esquerda radical, nunca moderada ou centrista.” (Biroli, Vaggione e Machado, 2020, p.4293)

O objetivo político associado ao feminismo radical no livro de Scala seria o alcance de igualdade absoluta da mulher com o homem, por meio da redefinição do conceito de pessoa. Na visão de Scala esse feminismo veria a maternidade como um mal intrínseco à mulher e portanto reivindicaria o direito ao aborto. Já em Laje, o feminismo radical é aquele que nega a

existência da natureza humana na busca por igualdade e para isso pregam a destruição da família, e conseqüentemente da sociedade capitalista. São inúmeras as acusações de pedofilia feitas a feministas e pessoas LGBTQIA+ e estão presentes em ambos os livros. As críticas e argumentos utilizados em contraposição ao gênero e às lutas pela diversidade sexual tiram o feminismo e a comunidade LGBTQIA+ dos limites da legitimidade democrática, à medida que transformam esses atores em perigo para crianças, para famílias e para a sociedade como um todo (Biroli, Vaggione e Machado, 2020).

Diante do exposto acima, foi possível observar que a o referencial teórico dos argumentos mobilizados por Laje não é religioso, mas majoritariamente científico. Isso não significa que sua narrativa foi construída mediante aplicação de método científico, ou que esse fato atribua autoridade ao autor. É apenas a constatação de que o ativismo neoconservador não se limita ao uso de argumentos religiosos para defender a moral sexual cristã, mas apela para argumentações seculares, mesmo quando abundam também a mobilização de convenções e do senso comum. Foi possível observar também que o discurso contido no livro de Laje corresponde à estratégia de construção do feminismo como inimigo, na medida em que caracteriza o feminismo e a comunidade LGBTQIA+ como ameaças a humanidade, cujas demandas são moralmente indefensáveis e opostas ao interesse da maioria cristã.

Conclusão

A segunda década do século XXI marcou na América Latina o início de uma série de protestos e mobilizações contrários a perspectiva de gênero (Vélez e Castro, 2018). A reconfiguração desse ativismo se deve, entre outros fatores, à criação a estratégia discursiva da “ideologia de gênero”, encabeçada pela hierarquia católica e posteriormente mobilizada por atores neoconservadores religiosos ou não, além de inúmeras organizações da sociedade civil.

Seguindo a tendência proposta pelos documentos eclesiais publicados nas décadas de 1990 e 2000, ativistas, intelectuais e inclusive lideranças religiosas deslocaram seus discursos a campos do conhecimento científico e legal a fim de maximizar seus ganhos políticos nos espaços institucionais em que se disputam os direitos sexuais e reprodutivos. Esse fenômeno pôde ser observado também nos livros analisados neste artigo, de sorte que o neoconservadorismo se utiliza do secularismo para defender uma perspectiva de mundo enraizada em concepções patriarcais da existência e contrárias a demandas por justiça, direitos liberdade e igualdade defendidas pelo feminismo e pelo movimento LGBTQIA+.

O potencial de erosão democrática contido nesse ativismo é observável em democracias como da Polônia, da Hungria, do Paraguai e do Brasil. As frentes que se inserem para combater as demandas por direitos sexuais e reprodutivos são também as que se opõe a promoção da participação política paritária entre homens e mulheres, de modo que a estratégia discursiva da ideologia de gênero permitiu a articulação entre atores neoconservadores com ativismo antes antagônicos. (Biroli, Vaggione e Machado, 2020)

A defesa de uma moral única ou de verdades imutáveis acerca do sexo constitui enorme desafio ao feminismo e movimento LGBTQIA+. O ativismo neoconservador tem apostado em uma narrativa naturalista para legitimar desigualdades e construir a imagem do feminismo e de movimentos LGBTQIA+ como inimigos, como atores políticos que extrapolam o limite da legitimidade democrática.

Assim, a análise que elaboramos dos livros de Jorge Scala (2011) e Agustín Laje (2016) confirmou a hipótese de que os argumentos mobilizados no discurso antigênero não são religiosos, mas científicos. Não objetivo com essa constatação atribuir autoridade ao neoconservadorismo, mas explicitar que o ativismo neoconservador prioriza abordagens seculares para a defesa da moral sexual cristã e de concepções específicas de família

A pesquisa confirmou também a hipótese de que a justificativa religiosa foi substituída pela construção do feminismo como inimigo enquanto estratégia de legitimação e naturalização das desigualdades de gênero. Constatou-se assim, que a imagem do feminismo como inimigo se ampara em uma perspectiva naturalista das diferenças sexuais e em concepções capitalistas e conservadoras para caracterizá-lo como ameaça à propriedade privada e à família.

Referências:

Amaya, José Fernando Serrano. **La Tormenta Perfecta: Ideología de Género y Articulación de Públicos**. Sexualidad, Salud y Sociedad 27: 149–71. 2017.

Biroli, Flávia; Caminotti, Mariana. **The Conservative Backlash against Gender in Latin America**. Politics & Gender, 16, 1–38. 2020.

Biroli, Flávia; Vaggione, Juan Marco; Machado, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo Editorial. Edição do Kindle. 2020.

CONGREGACIÓN PARA LA DOCTRINA DE LA FE. **Algunas consideraciones acerca de la respuesta a propuestas legislativas sobre la no discriminación de las personas homosexuales.** Roma. 1992. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19920724_homosexual-persons_sp.html (Acesso: 26 de maio de 2021.)

CONGREGACIÓN PARA LA DOCTRINA DE LA FE. **Consideraciones acerca de los proyectos de reconocimiento legal de las uniones entre personas homosexuales.** Roma, 2003. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20030731_homosexual-unions_sp.html. (Acesso: 26 de maio de 2021.)

Faúndes, José Manuel Morán. **The Geopolitics of Moral Panic: The Influence of Argentinian Neo-Conservatism in the Genesis of the Discourse of ‘Gender Ideology’**, *International Sociology*, v. 34, n. 94, p. 402-17. 2019

Faúndes, José Manuel Morán e Vaggione, Juan Marco. **Ciencia y religión (hétero) sexuadas: el discurso científico del activismo católico conservador sobre la sexualidad en Argentina y Chile.** *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 2, n. 1, jan-jun, pp. 159-185. 2012.

Freitas, D. C. A., Guimarães, M. A., Carezzato, C. L., Mendo, C. T., & Garcia, S. B. **Bioética no cuidado e atenção do nascido interssexo: necessidade de revisão na prática clínica.** *Revista Brasileira De Bioética*, 14(edsup), 148. 2019.

Junqueira, R. D. **A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero.** *Psicologia Política*, 18(43), p. 449-502. 2018.

Lionço, T., Alves, A. C. O., Mattiello, F., & Freire, A. M. **“Ideologia de gênero”: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso.** *Psicologia Política*, 18(43), p. 599-621. 2018.

Márquez, Nicolás, y Agustín Laje. **El libro negro de la nueva izquierda. Ideología de género o subversión cultural.** Buenos Aires: Unión Editorial — Centro de estudios LIBRE, 2016.

Scala, Jorge. **Ideologia de gênero – neototalitarismo e a morte da família.** São Paulo: Editora Katechesis. 2011.

VAGGIONE, Juan Marco. **Reactive Politicization and Religious Dissidence: The Political Mutations of the Religious** em *Social Theory and Practice*, v. 31 n. 2, Tallahassee, Florida State University, pp. 165-188. 2005.

Velez, Ana Cristina Gonzalez, and Laura Castro. **Colombia: Educación Sexual, Diversidade y Paz: El entramado de la ‘Ideología de Género.’** In *Develando la retorica del miedo de los fundamentalismos: La campaña a ‘Con mis hijos no te metas’ en Colombia, Ecuador y Perú*, eds. Laura González Vélez et al. Lima: Flora Tristán, 13–57. 2018.